



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 680083 - SP (2021/0218836-6)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO
MARIELA MONI MARINS TOZETTO - SP343394
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : RONI VON APARECIDO FERREIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de RONI VON APARECIDO FERREIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO.

O Tribunal local, ao denegar a ordem formulada no *writ* originário de n. 2114792-98.2021.8.26.0000, manteve, no acórdão de fls. 118-126, a segregação cautelar do ora paciente, decretada pela autoridade coatora da localidade, nos contornos do art. 310, inciso II, do CPP, com esteio precipuamente nos seguintes fundamentos, *litteris*:

O paciente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 33, caput, da Lei Antidrogas, porque no dia 18/05/21, na Rodovia Raposo Tavares, altura do Km 151, comarca de Itapetininga, transportava, para fins de tráfico, **um tijolo totalizando 998,2g de cocaína.**

[...]

Neste quadro, para o decreto da prisão cautelar, **deve o julgador invocar circunstâncias concretas**, relativas à pessoa do réu e **extraídas da empreitada criminosa**, que demonstrem a necessidade e adequação da excepcional medida, estudo este pautado pela sensibilidade do juiz à reação do meio ambiente à ação criminosa.

No caso dos autos, afere-se que **o paciente foi preso com quase um quilograma de cocaína**, narcótico de elevado poder de causar o vício e até mesmo à morte, em quantidade capaz de causar danos à saúde e à vida de centenas de usuários, **droga que seria levada por Roni Von a outro município**, fatos estes indicativos de sua periculosidade a impor a excepcional prisão preventiva como necessária e adequada para a garantia da ordem pública. (fls. 120/122 - g.m.)

Consta dos autos a prisão em flagrante do custodiado, em 18/5/2021, ulteriormente convertida em preventiva, decorrente de suposta prática do delito capitulado no art. 33, *caput*, da Lei n. 11.343/06.

Em suas razões, sustenta a impetrante a ocorrência de constrangimento ilegal, uma vez que a desarrazoada segregação processual do paciente, com condições pessoais favoráveis, além de despida de fundamentação idônea e de efetivo embasamento empírico, porquanto desprovida "de violência ou grave ameaça" (fl. 6), não preenche – como *ultima ratio* e em homenagem aos postulados da presunção de inocência e da homogeneidade – os requisitos autorizadores do cárcere guerreado, nos moldes dos arts. 282, § 6º; 312; 313, § 2º; e 315, todos do CPP.

Nesse panorama, roga a impetrante, liminarmente, pela revogação da prisão preventiva alhures, expedindo-se em favor do paciente premente alvará de soltura e, na sequência, seja-lhe concedida a liberdade provisória incondicionada ou, residualmente, mediante cominação de medidas cautelares alternativas não prisionais, *ex vi* dos arts. 316, *caput*, 319 e 654, § 2º, todos do CPP. No mérito, pugna pela concessão da ordem ambulatorial alhures, de forma definitiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS
Presidente